



**TRABALHOS PARA DISCUSSÃO**

**A CIVILIZAÇÃO CONSUMISTA PREDATÓRIA:  
UMA INTERPRETAÇÃO DA IDÉIA DE CELSO  
FURTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO COMO MITO**

**Clóvis Cavalcanti**

**N. 205/2008**

**Agosto/2008**

Governo Federal  
Ministério da Educação

Fundação Joaquim Nabuco  
Diretoria de Pesquisas Sociais

A Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes) – que é parte integrante da Fundação Joaquim Nabuco, instituição criada por iniciativa de Gilberto Freyre, em 1949 – desenvolve estudos e pesquisas que buscam compreender e analisar a realidade do Norte e Nordeste do Brasil, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, ambientais, educacionais, populacionais e culturais, através da produção, acumulação e difusão de conhecimentos que possam contribuir para elevar a qualidade de vida da população.

O objetivo da série Trabalhos para Discussão é submeter a debate textos resultantes de estudos realizados na Dipes, propiciando aos respectivos interessados o confronto de seus dados e de suas idéias com experiências, pontos de vista e opiniões da comunidade de interessados, razão pela qual têm sentido declaradamente preliminar e experimental, estando abertos a críticas e sugestões, que podem ser enviadas ao endereço abaixo:

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS  
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos, Recife, PE. CEP: 52071-440. Tel.: (081) 3073-6464. Fax: (81) 3073-6483  
E-mail: [inpso@fundaj.gov.br](mailto:inpso@fundaj.gov.br) – Home Page: <http://www.fundaj.gov.br>

# A CIVILIZAÇÃO CONSUMISTA PREDATÓRIA: UMA INTERPRETAÇÃO DA IDÉIA DE CELSO FURTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO MITO<sup>1</sup>

Conferência no Centro Internacional Celso Furtado  
de Políticas para o Desenvolvimento – Rio de Janeiro, 13 de maio de 2008.

**Clóvis Cavalcanti\***

“Will mankind listen to any program that implies a constriction of its addiction to exosomatic comfort? Perhaps the destiny of man is to have a short but fiery, exciting, and extravagant life rather than a long, uneventful, and vegetative existence. Let other species -- the amoebas, for example -- which have no spiritual ambitions inherit an earth still bathed in plenty of sunshine.” – N. Georgescu-Roegen (1975)

Tal como meus companheiros de geração, fui treinado nos anos sessenta do século XX para aceitar o progresso econômico sem limites e sem fim como a grande promessa da modernidade. Tudo estaria bem se a ideologia moderna do progresso não tivesse adquirido a roupagem do crescimento econômico, sob o disfarce do desenvolvimento, e se transformado na verdadeira fé que integra a formação do estudante de economia, agora mais até do que antes. Basta ver que o ótimo livro, de 1997, de Gregory Mankiw<sup>2</sup>, básico nos cursos de economia da atualidade em todo o mundo, fala apenas de crescimento econômico (como objetivo macro a ser conquistado), deliberadamente excluindo de consideração o conceito de desenvolvimento. Pode-se entender que, em 1950, se fizesse confusão entre os dois conceitos, uma vez que os países que haviam se desenvolvido até

---

<sup>1</sup> Sobre o tema do mito do desenvolvimento relacionado a Celso Furtado, escrevi anteriormente os seguintes artigos: “Celso Furtado: O Mito do Desenvolvimento”. In Pedro Vicente Costa Sobrinho e Nelson Ferreira Patriota Neto (orgs.), *Vozes do Nordeste*. Natal: EDUFERN, 2001, pp. 139-154; e “Meio Ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia”. *Ambiente e Sociedade*, v. 5, n. 2-v. 6, n. 1, 2003.

\* Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, professor da Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE Membro do Conselho Consultivo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro. E-mail: <clovati@fundaj.gov.br>.

<sup>2</sup> Gregory Mankiw, *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001. A primeira edição, em inglês, é: Gregory Mankiw, *Principles of Economics*. Boston: Harcourt, 1997.

então foram aqueles também que mais cresceram do ponto de vista econômico. Ao mesmo tempo, o mundo não estava tão habitado: havia, por exemplo, 1,5 bilhão de pessoas no planeta em 1900; 3 bilhões em 1960. E o PIB global, que fora de cerca de 1,5 trilhão de dólares em 1900 (a preços de 2008), alcançou 7 trilhões em 1960 (também a preços de 2008, o equivalente ao PIB da China de 2007, segundo o método do “poder de compra de paridade” ou PPP). Quer dizer: a presença humana, medida pela quantidade de pessoas e de artefatos produzidos, ainda não parecia seriamente ameaçar o ecossistema planetário, finito e não-crescente. Baixos custos de oportunidade (próximos de zero) explicam que se atribuísse importância reduzidíssima à natureza. Estávamos mais do lado do que o notável economista americano Kenneth Boulding (1910-1993) chamava de “economia do *cowboy*” do que da realidade por ele tida da “economia do astronauta”. Realidade que parece ser mais ainda a de hoje, com 6,7 bilhões de pessoas (um número que aumenta de 200 mil por dia) vivendo no planeta e um PIB global de 45 trilhões de dólares (ou 62 trilhões, se se emprega o conceito do PPP)<sup>3</sup>.

Pode-se imaginar a dimensão do problema causado por um atravancamento cada vez maior de pessoas e coisas, todas elas servindo-se do meio ambiente como fonte derradeira de recursos e depósito final, inexorável, de lixo. O quadro é agravado pelo modelo que prevalece, do *extrair-produzir-descartar*. Esse modelo pode ser bem ilustrado por uma situação insólita descrita por John McPhee em interessante livro<sup>4</sup>. Trata-se de um trem que, a cada oito horas, vai das minas da Powder River Basin, no estado americano de Wyoming, para a maior termelétrica de carvão do mundo, a Plant Scherer, no estado de Georgia, a uma distância de 2.880 km. Esse trem transporta 115 toneladas de carvão mineral em 133 caçambas, tendo um comprimento de 2,5 km – precisando, claro, queimar muito carvão para efetuar seu próprio deslocamento. Qual a finalidade disso? Alimentar de eletricidade, consumidores do leste do Estados Unidos. E no fim de contas o que fica do processo? Um buraco eterno, cada vez maior, em Wyoming, e um monte de sujeira (cinzas, pó, detritos, energia calorífica dissipada), igualmente cada vez maior, em Georgia (pela Primeira Lei da Termodinâmica, o valor da massa extraída é igual ao do monte de dejetos formado pela

---

<sup>3</sup> Dados de The Economist, *Pocket World in Figures*. Londres: Profile Books, 2008.

<sup>4</sup> John McPhee, *Uncommon Carriers*. Farrar, Straus & Giroux, 2006.

queima do carvão). Esses efeitos são irreversíveis, para sempre, sem volta. Não foi à toa que, em 2006, só para dar uma ordem de grandeza do problema, a massa de Wyoming diminuiu de 432 milhões de toneladas<sup>5</sup>, número referente ao seu carvão extraído, despachado para longe e queimado em outras partes dos EUA. A propósito, uma única mina de Wyoming, a Black Thunder, fornece duas toneladas de carvão por segundo, 24 horas por dia, 365 dias por ano<sup>6</sup>. Algo semelhante, em proporções mais modestas, ocorreu no Brasil com o minério de manganês da Serra do Navio, no Amapá, entre 1955 e 1995, quando se esvaziou eternamente uma jazida de 52 milhões de toneladas<sup>7</sup>. Fenômeno que não difere substancialmente do da devastação sofrida pela Mata Atlântica brasileira, de 1500 até hoje<sup>8</sup>. Enfim, é inequívoca a enormidade do impacto destruidor da sociedade moderna, com sua voracidade de crescimento econômico exponencial sem limites, como se não importasse a dimensão da escala humana buscada, relativamente à natureza (a qual não cresce, e é finita). Isso nos põe diante de perguntas do tipo: que racionalidade é essa? Para onde vamos? O quê acontecerá como desfecho final? Faz sentido continuar procedendo assim?

Enquanto isso, não existe espaço na teoria econômica convencional – a do livro de Mankiw, por exemplo – para a dimensão do meio ambiente. O sistema econômico do economista padrão não depende de entradas de materiais e de energia solar; e não gera resíduos, sujeira. Ele ignora completamente a emissão de energia calorífica, que é um produto inelutável da queima de qualquer combustível, a começar da comida que ingerimos. No dizer de José Eli da Veiga, professor da USP, é “[c]omo se a economia só girasse em torno de seu próprio umbigo, sem nada retirar ou devolver ao restante do universo”<sup>9</sup>. Cabe aqui pensar no efeito do crescimento econômico ilimitado, com a idéia

---

<sup>5</sup> Dado de: <[http://www.clui.org/clui\\_4\\_1/lotl/v28/j.html](http://www.clui.org/clui_4_1/lotl/v28/j.html)> (acesso em 7.5.2008).

<sup>6</sup> *Id. ib.*

<sup>7</sup> Ver Daniel Chaves de Brito, *Extração Mineral na Amazônia: A Experiência de Exploração de Manganês na Serra do Navio no Amapá*. Dissertação de mestrado. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), Universidade Federal do Pará, 1994.

<sup>8</sup> Warren Dean, *A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; Clóvis Cavalcanti, “Opulência Vegetal, Ganância Insaciável e a Entronização da Entropia”. In José Alves Siqueira Filho e Elton Leme, *Fragmentos da Mata Atlântica do Nordeste*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2006, pp. 13-45.

<sup>9</sup> José Eli da Veiga, “A Trilha para o Progresso Não Será um Passeio”. *Valor Econômico*, 8.5.2008.

paralela de que a única saída para se resolverem os problemas da sociedade – o que é também uma justificativa para o processo – é não parar de crescer economicamente. Será que isso não tem o significado de um credo, de um fetiche? Ignorar os impactos da atividade econômica sobre a natureza – e também os do crescimento econômico –, na verdade, é um corolário da visão da economia convencional. Afinal, inexistindo meio ambiente que contenha o sistema econômico, este passa a ser o grande todo que pode se expandir infinitamente, sem custos de oportunidade em termos de natureza sacrificada (tudo se passa como se os recursos naturais fossem infinitos). Efeitos graves como o do aquecimento global não entram nos cálculos econômicos ordinários, pois para eles a natureza não existe. Mas os bens, recursos, serviços e funções da natureza se depreciam inelutavelmente pelo uso (que pode ser excessivo): rios são poluídos; solos se degradam; biodiversidade se perde; paisagens são deformadas; espécies se extinguem. Não há como desconhecê-lo. Surge uma incompatibilidade, então, que se torna ainda mais intensa na medida em que o raciocínio da economia supõe desejos humanos insaciáveis – o chamado axioma da “não saciedade”. Por esse axioma, o desejo de consumir do homem não esbarraria em fronteiras, uma vez que ele conduz sempre a mais bem-estar (utilidade, no jargão do economista), ou seja, mais felicidade. O que serve como força motriz e razão de ser do crescimento.

No meio da variedade de reflexões sobre o assunto, penso que a contribuição de Celso Furtado no livro de 1974 *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro: Paz e Terra) merece justo relevo<sup>10</sup>. Furtado levanta aí duas questões que não são marcantes no restante de sua obra. Ou que, pelo menos, nela não são categoricamente enunciadas. A primeira das questões diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza. A segunda se refere à constatação do caráter de *mito moderno* do desenvolvimento econômico. São duas avaliações inusitadas, sobretudo levando-se em conta seus respectivos contextos históricos. Quando o livro foi publicado, com efeito, em 1974, era muito incipiente a discussão dentro da ciência econômica acerca das dimensões

---

<sup>10</sup> Doravante vou referir-me ao livro como *O Mito* ou, simplesmente, *Mito*. Quando Furtado o escrevia, em 1973, como professor visitante na Universidade de Cambridge (Grã-Bretanha), fui lá para um encontro com ele. Soube do que ele escrevia enquanto almoçávamos agradavelmente no belo King's College. Fiquei impressionado com sua reflexão, mas não imaginava que seria um rompimento com a ortodoxia.

ecológicas do processo econômico. Praticamente, inexistia o campo que hoje já tomou consistência, da economia ambiental (um ramo da economia neoclássica), e muito menos o da economia ecológica, que adota um paradigma novo, o de ver o sistema econômico como subsistema da natureza. A importância que Furtado atribuía ao assunto assinala uma originalidade que não pode ser esquecida. A tese da obra, definindo o desenvolvimento como um *mito*, de fato, surpreende. Basta lembrar que o Brasil, na ocasião, experimentava os anos do chamado “milagre”, com taxas de crescimento do produto interno bruto real de 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972, 14,0% em 1973 e 9,0% em 1974<sup>11</sup>. Dentro desse panorama, em face de crescimento econômico tão espetacular (sem paralelo na história econômica brasileira e, poucas vezes, na economia mundial), era preciso presciência, uma visão consistente da realidade e, com mais razão, muita coragem para afirmar com todas as letras que tudo aquilo não passava de miragem.

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa uma vindicação do pensamento de Furtado: não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser conseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável. Mas isto é o que se percebe hoje, depois da Rio-92 e do chamado Relatório Brundtland, da concepção da Agenda 21 e de tantos outros documentos dos últimos quinze anos. Em pleno “milagre brasileiro”, e para aqueles que nele criam – vale dizer, quase todo mundo que tinha interesse no assunto –, a posição de Furtado não passava de grande sacrilégio (e ainda passa hoje). Sem dúvida, considerar o desenvolvimento como mito tem o peso de uma heresia para o economista bem comportado. No entanto, Furtado defende a noção otimista (*Mito*, p. 73), com a qual eu tendia mais a concordar anteriormente<sup>12</sup>, de que os rumos do que o homem está fazendo constituem algo dentro da “capacidade de controle” da espécie humana e, portanto, em condições de re-direcionamento para futuros saudáveis. Os registros do que acontece, contudo, mostram que o homem tem-se afastado perigosamente do que os biólogos chamam de “capacidade de suporte” da biosfera. Admitir que isso possa continuar impunemente por muito tempo não passaria, pois, de um mito.

---

<sup>11</sup> Werner Baer, *A Economia Brasileira*. Trad. de Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 1996, 4.<sup>a</sup> ed., p. 394.

<sup>12</sup> Ver Clóvis Cavalcanti, “Meio Ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia”. In Marcos Costa Lima e Maurício Dias David, *A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Editora Francis, 2008.

Mas de que mito efetivamente falava Furtado? Ele lembra em seu livro o papel que os mitos têm exercido no pensamento humano, influenciando “a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social” (*Mito*, p. 15), caso de Rousseau e o “*bon sauvage*”, de Marx e o desaparecimento do Estado, de Malthus e o “princípio populacional”, de Walras e o equilíbrio geral – todos esses enunciados tendo apoio em algum postulado enraizado em sistema de valores que raramente é explicitado. O historiador suíço Gilbert Rist<sup>13</sup>, a propósito de mitos, esclarece:

“o mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, e é um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias; por implicação, o mito é também histórico, resultado de uma criação coletiva a que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Finalmente, o mito como tal não se relativiza: trata-se de um estereótipo não falado, que determina comportamentos em todo momento, expressando-se a si próprio através de costumes e hábitos que contribuem para reforçá-lo, podendo ser descoberto apenas por um observador externo. O mito é um mapa para a ação que dispensa reflexões. É suficiente que ele seja uma crença compartilhada. Nós agimos como agimos porque não conseguimos imaginar-nos atuando de outra forma. A primeira causa não tem causa.”

Em termos do desenvolvimento, segundo Furtado, o papel diretor do mito poderia ser percebido no fato de que a literatura sobre o tema, até começos da década de setenta, em pelo menos noventa por cento dos casos, “se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado” (*Mito*, p. 16). Esse seria o “mito do progresso da revolução burguesa”, responsável pela formação da sociedade industrial moderna e possuidor da força contida na concepção de Rist ou ainda no que o notável economista e historiador da economia Joseph Schumpeter (1883-1950) chamava de “visão pré-analítica”. Furtado (*Mito*, p. 15), efetivamente, invoca Schumpeter para salientar que a visão pré-analítica é indispensável para que o trabalho de análise possa ter sentido. Vale a pena recordar o que o próprio Schumpeter tem a esclarecer. São suas palavras<sup>14</sup>:

---

<sup>13</sup> Gilbert Rist, “‘Development’ as Part of the Modern Myth: The Western ‘Socio-Cultural Dimension’ of ‘Development’”. *The European Journal of Development Research*, v. 2, n. 1, junho, 1990, p. 11.

<sup>14</sup> Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press, 1954, p. 41.



“Obviamente, a fim de podermos colocar para nós próprios qualquer que seja o problema, devemos primeiro visualizar um conjunto distinto de fenômenos coerentes como objeto válido de nosso esforço analítico. Em outras palavras, o esforço analítico, por necessidade, se faz preceder de um ato cognitivo pré-analítico que fornece a matéria-prima de nosso esforço analítico.”

No caso do desenvolvimento, poder-se-ia dizer que a visão pré-analítica que o embasa é a crença de que o desenvolvimento, que as nações que saíram na frente na Revolução Industrial têm experimentado, pode ser transposto para toda e qualquer outra nação, tornando-se assim um valor desejável em si próprio. Os economistas, via de regra, pensam como tal e levam a que outras categorias sociais assimilem sua visão, sem que haja qualquer suspeita de que se possa estar crendo em uma falácia.

Mas essa possibilidade é real. Ela se evidencia quando se dá atenção a observações como as do filósofo social e historiador da cultura William Irwin Thompson acerca do que ele chama de “ordem inconsciente” ou ainda de sistemas ou idéias inconscientes de ordenação. Citando-o<sup>15</sup>:

“Todas as narrativas, históricas ou científicas, estão ligadas a certos princípios inconscientes que ordenam tanto nossas percepções quanto nossas descrições”.

Agimos, dessa forma, em função de um arcabouço mental que nos faz tomar um caminho, e não outro. Que nos faz adotar uma teoria, e não outra. Ainda segundo Thompson, pensador americano conhecido por visões críticas consubstanciadas no grupo que organizou em 1975, chamado de Lindisfarne Fellows, “Um mito nunca é sabido; trata-se de uma relação entre o conhecido e o incognoscível”<sup>16</sup>. Por outro lado, o mito está sempre batendo na mente humana, retornando para ela quando mais se deseja dele escapar<sup>17</sup>.

O professor de economia da USP José Eli da Veiga, um dos expoentes da discussão sobre as relações da economia e o meio ambiente no Brasil, pensa que chamar o desenvolvimento

---

<sup>15</sup> William Irwin Thompson, “As Implicações Culturais da Nova Biologia”. In William Irwin Thompson (org.), *Gaia: Uma Teoria do Conhecimento*. Trad. de Sílvio Cerqueira Leite. São Paulo: Editora Gaia, 2001, p. 13.

<sup>16</sup> William Irwin Thompson, *The Time Falling Bodies Take to Light: Mythology, Sexuality and the Origins of Culture*. New York: St. Martin Press, 1981, p. 87.

<sup>17</sup> *Id.*, p. 3.

de mito constitui resposta fácil para o que se possa entender sobre “desenvolvimento”<sup>18</sup>. Segundo ele, desse entendimento simplista de algo muito complexo pode surgir alguma dificuldade para encontrar o sentido e função dos mitos nas sociedades contemporâneas. Por conseguinte, Furtado teria sido vítima de “um momento infeliz, sabiamente abandonado em obras posteriores”<sup>19</sup>. Faz sentido o que José Eli da Veiga conjectura. Furtado, na verdade, não volta ao tema do *Mito* nas décadas seguintes e ele próprio oferece uma contribuição para a suposição de Veiga. Disse Furtado em agosto de 1991, no seminário “Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado”, realizado em João Pessoa pela Fundação José Américo, quando, como expositor do segundo painel do evento, levantei o tópico do *Mito*:

“Clóvis Cavalcanti pôs o dedo num ponto que me é caro, que desenvolvi em um livro que tem um título algo estranho, pois se chama *O Mito do Desenvolvimento Econômico* [...] O título do livro é ruim, porque não se trata de dizer que o desenvolvimento é um simples mito”.<sup>20</sup>

Para mim, o desconforto exibido na ocasião por Celso Furtado pode explicar-se pelo fato de que ele nunca rompeu com o arcabouço da ciência econômica que foi buscar em Marx, Marshall, Keynes ou Prebisch. Embora ele faça referência no *Mito* (nota 4, pp. 19-20) ao contundente crítico da teoria econômica vigente Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), procurando nele endosso para sua especulação, o certo é que Furtado não migrou do terreno comum em que pisam clássicos, marxistas, neoclássicos, ortodoxos, heterodoxos, monetaristas, institucionalistas e estruturalistas para o território absolutamente herético e alternativo, mas nem por isso sem respeitável vigor teórico, da visão termodinâmica ou biofísica de Georgescu.

Romeno de nascimento e matemático de origem, de quem, lamentavelmente, muito poucos sabem os economistas em geral, apesar da contribuição teórica extraordinária que elaborou,

---

<sup>18</sup> José Eli da Veiga, *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, cap. 1.

<sup>19</sup> *Id.*, p. 28.

<sup>20</sup> “O Exílio na França, Retorno ao Brasil; do Ministério da Cultura aos Dias Atuais”. In Francisco de Sales Gaudêncio e Marcos Formiga (coordenadores), *Era da Esperança: Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 76.

Georgescu possuía um raciocínio fascinante (mas não escrevia, em inglês, com leveza). Furtado percebeu a agudeza do raciocínio de Georgescu ao comentar que os economistas delimitam um campo de trabalho que se restringe à “observação de processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico” (*Mito*, p. 19). O resultado, segundo Furtado, é que, na nossa civilização, tão submetida como é à força da economia, a criação de valor econômico – quando recursos brutos são transformados em bens e serviços – não contempla os processos, alguns irreversíveis, de destruição ambiental. A esse respeito, Furtado alude ao revolucionário informe de 1972 do Clube de Roma (*Limits to Growth*), que teria posto a nu, em sua opinião, os impactos no meio físico que um sistema de decisões, cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados, provoca. O relatório do Clube de Roma, elaborado a partir de um grupo do MIT, nos EUA<sup>21</sup>, suscitou irritação nos círculos acostumados a ignorar qualquer limite ao crescimento. No entanto, a tentativa de fazer com que o paradigma de desenvolvimento dos países ricos se imponha de forma generalizada só pode culminar, por motivo de uma percepção ecológica do fenômeno, em colapso do ecossistema global. Georgescu-Roegen com todo rigor demonstra-o em seu clássico de 1971, *The Entropy Law and the Economic Process*<sup>22</sup>, que, se Furtado não leu detidamente – provavelmente, não, é o que suponho de conversas que tive com ele –, conhecia nos traços mais relevantes para a identificação do desenvolvimento econômico como mito, o que, no fundo, era o que Georgescu-Roegen explicava. Este próprio escreveu brilhante estudo intitulado de “Energy and Economic Myths”<sup>23</sup>, no qual classifica a impossibilidade de crescimento infinito dentro de um ecossistema finito como uma “*graceless tautology*” (tautologia sem graça). Aqui cabe esclarecer que desenvolvimento (evolução, mudança, ampliação das liberdades) é uma expressão que não deveria se confundir com crescimento (expansão, aumento) da economia. *Não deveria*. Contudo, o empenho de desenvolver um país, uma região, a economia, enfim, tem significado concretamente, e continua hoje a

---

<sup>21</sup> Donella H. Meadows *et al.*, *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Society*. A Potomac Associate Book. Boston: Universe Books, 1972.

<sup>22</sup> Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

<sup>23</sup> Nicholas Georgescu-Roegen, “Energy and Economic Myths”. *Southern Economic Journal*, 41, n. 3, jan. 1975.

significar, crescimento. Foi assim que, em 2006, na campanha presidencial brasileira, os dois candidatos disputavam quem iria fazer mais o Brasil crescer. E que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva adotou, na campanha de 2002, a folclórica expressão “Espetáculo do Crescimento”, hoje convertida na prioridade número um do governo federal sob a alcunha de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Que esse é, na verdade, o paradigma mundial dominante percebe-se na ênfase que lhe é dada pela imprensa (a importante revista semanal britânica *The Economist* à frente), na admiração de todos pela China e Índia, na expectativa acerca da taxa de crescimento da economia brasileira (são 5,4% ao ano, são 4,7%?). Em 2005, o Fórum Nacional, realização anual do Inae (Instituto Nacional de Altos Estudos) no Rio de Janeiro, tinha como tema “Alto Crescimento”. “Retomada do desenvolvimento”, por sua vez, é uma idéia que se acompanha imediatamente de alguma referência a taxas esperadas de aumento da economia. Não se fala nunca em assuntos como o da expansão das liberdades, do adequado conceito de Amartya Sen<sup>24</sup>.

O que merece ser ressaltado no livro de Furtado *O Mito* é que não pode haver expansão econômica sem se considerarem seus impactos no meio ambiente, na natureza. Ao registrar a fragilidade da concepção de desenvolvimento, com sua insistência no crescimento e omissão de dimensões ecológicas, é que Furtado se sente levado a declarar, sem qualquer alarde, sem qualquer sensacionalismo – haja vista não só a modesta repercussão que esse seu livro fundamental acusa até hoje, como o fato de Furtado mesmo não se mostrar à vontade com seu juízo antidesenvolvimentista –, que o desenvolvimento econômico dos países periféricos, tal como se propõe, não passa de uma fábula, de uma ilusão ou quimera. Como sublinhou Furtado, com todas as letras: cabe “afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (*Mito*, p. 75). Na sua acepção, o desenvolvimento que ele considera “simplesmente irrealizável” consistiria na “idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos*” (*Mito*, p. 75). Tal possibilidade estaria fora do alcance, simultaneamente, de todos os povos da Terra. O mito teria sido exposto em sua improbabilidade, segundo Furtado, pelo

---

<sup>24</sup> Amartya Sen, *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Relatório do Clube de Roma<sup>25</sup>, cujas conclusões básicas Furtado aceita em termos do que elas encerram como referência. Na verdade, os limites ao crescimento não teriam que ser os que esse relatório indica. Como hoje se percebe, eles existem na medida em que a atividade econômica não se passa em um sistema isolado (no sentido termodinâmico), como querem os economistas<sup>26</sup>, e sim em um sistema aberto, que recebe matéria e energia de alta qualidade do meio ambiente, devolvendo-a na ponta de saída do cano como matéria e energia degradadas. Assim, o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz. Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, como é o caso, sem dúvida, do gás carbônico da emissão da queima de combustíveis fósseis ou do clorofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade.

O egípcio Salah El Serafy<sup>27</sup>, lembra que, ao usarem os economistas – e os que a seus serviços recorrem – um modelo de contas nacionais que considera, por exemplo, a venda de ativos (como minérios extraídos para uso na produção) como valor adicionado ou parcela do produto interno bruto, “então o país, na realidade, está mais pobre do que as contas o mostram”. Furtado (*Mito*, p. 116), pois, com uma antecipação de muito tempo, estava coberto de razões ao afirmar que “a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes” – que é o que acontece com frequência. Ele chama o PIB de “vaca sagrada dos economistas” (*Mito*, p. 115), por conter definições e arranjos mais ou menos arbitrários, entre os quais a exclusão no cálculo do produto dos impactos ou custos ambientais. E pergunta: “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as

---

<sup>25</sup> Donella H. Meadows *et al.*, *op.cit.*

<sup>26</sup> Herman Daly, *Steady-State Economics*. Washington, D.C.: Island Press, 2<sup>a</sup> ed. 1991, p. xiii.

<sup>27</sup> Salah El Serafy, “Contabilidade Verde e Política Econômica”. In Clóvis Cavalcanti (org.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 204.

usinas despejam seus resíduos?” (*Mito*, p. 116). Furtado não adota em seu discurso do *Mito* coordenadas termodinâmicas de balizamento da economia, mas suas preocupações voltadas para o mundo físico contêm o essencial da percepção mais recente – dos economistas ecológicos, ao menos – quanto ao impacto do desenvolvimento ou do processo econômico sobre o ecossistema. Afinal, a idéia do mito do desenvolvimento econômico de Furtado se funda no modelo de que a economia em expansão destrói e degrada em larga escala meio ambiente, além de criar a ilusão de que, quando cresce a economia, tem-se desenvolvimento. Sem contar que Furtado trata ainda do empobrecimento cultural que a destruição pelo desenvolvimento de culturas “arcaicas” e a homogeneização cultural provocam. No seu raciocínio, além do mais, tenta-se “*explicar e fazer compreender* [aos povos da periferia] a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo” (*Mito*, p. 75).

A civilização consumista planetária, por se servir, em última análise, sempre mais e mais de serviços e recursos da natureza, é inerentemente depredadora e empobrecedora da biosfera (*Mito*, p. 63) Só que isto não aparece (negativamente, como seria dever) no cálculo do rendimento da atividade econômica, o que Furtado denunciava em 1974 e hoje faz parte da sabedoria convencional daqueles que estudam a perspectiva ecológica da economia<sup>28</sup>. Esgotar um recurso, como aconteceu com o manganês do Amapá, é contado positivamente na estimativa do PIB, muito embora se tenha reduzido para sempre o capital natural do país através dessa atividade. “O ponto de vista ecológico”, argumenta Furtado (*Mito*, p. 71), “permitiu aprofundar essa visão crítica, explicando os custos não contabilizados dos processos produtivos.” Introduzir tais custos na contabilidade nacional contribuiria para diminuir a taxa de crescimento da economia – poderia até torná-la negativa (e aqui o desenvolvimento como fábula se evidenciaria com mais nitidez) –, levando a que se passasse a pensar de forma consistente na necessidade de reduzir o desperdício de recursos, pois isto significaria diminuir o valor de uma parcela negativa na determinação do PIB

---

<sup>28</sup> Cutler Cleveland e Mathias Ruth, “Capital Humano, Capital Natural e Limites Biofísicos no Processo Econômico”. In Clóvis Cavalcanti (org.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez Editora, 1997, pp. 131-164.

verdadeiro. Conseqüentemente, aumentariam os valores do produto interno bruto que realmente interessa.

Apesar do desconforto demonstrado por Furtado em agosto de 1991, quando expus minhas idéias sobre o *Mito* – basicamente, as de agora – no seminário que o homenageou em João Pessoa por seus 70 anos, ele sabia bem do que estava falando. Não pretendeu fazer uma simplificação do assunto nem tratar com descuido o tema do desenvolvimento, sobre o qual formulou conceitos arrojados e teorias pensadas cuja validade se mantém e se confirma. Ele próprio disse em João Pessoa, acerca do *Mito*, no comentário que fez a minhas considerações: “Veio a meu espírito, então, que o desenvolvimento também pode ser um simples mito”<sup>29</sup>. Por que isso? Porque, na sua compreensão, “o processo global de desenvolvimento tem um considerável custo ecológico [...] esse processo se apresenta como uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade”<sup>30</sup>. Sobre tal conjectura, seu esclarecimento é claro:

“Generalizar [a civilização industrial e o modelo de vida engendrado por ela] para toda a humanidade, o que é a promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que, de toda forma, parece inevitável se não se muda o curso dessa civilização. A nossa é uma civilização elitista. Nunca estará ao alcance das massas que habitam o Terceiro Mundo. Mas, como não é possível excluir permanentemente a grande maioria da humanidade de muitos dos benefícios do desenvolvimento, temos de concluir que, fora de uma mudança de rumo na forma do progresso, estaremos todos trabalhando para a consumação de uma catástrofe planetária”<sup>31</sup>.

Essa mesma linha de idéias foi retomada no seu livro sobre o capitalismo global, Prêmio Jabuti de 1999<sup>32</sup>, onde as idéias permanentes de Furtado são repassadas de forma definitiva. Nele, Furtado explica ser inerente à civilização “consumista planetarizada um processo depredador”<sup>33</sup>, com progressivo empobrecimento da biosfera. E que o estilo de vida da minoria privilegiada “requer um dispêndio crescente de recursos não-renováveis e [...]

---

<sup>29</sup> “O Exílio na França, Retorno ao Brasil”, *op.cit.*, p. 76.

<sup>30</sup> *Id.*, p. 77.

<sup>31</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>32</sup> Celso Furtado, *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>33</sup> *Id.*, p. 63.

somente se mantém porque a grande maioria da humanidade se submete a diversas formas de penúria, inclusive a fome”<sup>34</sup>. O desafio, para ele, seria de mudar o curso da civilização para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos, com o estabelecimento de novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e *capaz de preservar o equilíbrio ecológico*. Isso se impunha, no seu ver, em virtude de os processos produtivos dissiparem energia, destruírem recursos naturais não-renováveis e aumentarem a entropia do universo. Segundo ele, “O ponto de vista ecológico permitiu aprofundar [a] visão crítica, explicitando os custos não contabilizados dos processos produtivos”<sup>35</sup>. Não consigo ver nada mais transparente para reafirmar o sentido e as conclusões do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Com que nunca estive em dúvida.

---

<sup>34</sup> *Id.*, pp. 63-64.

<sup>35</sup> *Id.*, p. 71.



## TRABALHOS PARA DISCUSSÃO 2008

### **N. 199/2007**

**Título:** Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a abordagem biográfica, instrumento da pesquisa educacional e da formação: contribuição da Escola de Chicago e do Interacionismo Simbólico

**Autor:** José Batista Neto

**Dezembro/2007**

### **N. 200/2008**

**Título:** Migração e emprego precário na atividade de confecções em dois contextos distintos: São Paulo (SP) e Toritama (PE)

**Autores:** Renato Duarte e Wilson Fusco

**Março/2008**

### **N. 201/2008**

**Título:** Traçando o mapa, armando o diálogo: a produção do conhecimento do Departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco – 1980/1995

**Autora:** Janirza (Jana) Cavalcante da Rocha Lima

**Março/2008**

### **N. 202**

**Título:** Vitória de Eduardo Campos (PSB) o fim de um ciclo político em PE

**Autor:** Túlio Velho Barreto

**Abril/2008**

### **N. 203**

**Título:** DE CLANDESTINOS A EMPREENDEDORES (Reflexões em torno do setor informal)

**Autora:** Maria do Socorro Pedrosa de Araújo

**Junho/2008**

### **N. 204**

**Título:** Fundef: Participação social e gestão democrática ou conselho governamental com participação tutelada?

**Autores:** Carlos Sant'Anna Guimarães e Henrique Guimarães

**Julho/2008**

**Agosto/2008**